

## **Ausência do artigo definido antes de antropônimos no português falado em Fernandes Belo, PA: um estudo sociolinguístico**

Raquel Tavares Silva

Tabita Fernandes da Silva

**Resumo:** Este estudo investiga a ausência do artigo definido antes de antropônimos no português falado na vila de Fernandes Belo, localizada em Viseu-PA. Busca-se compreender como fatores linguísticos e extralinguísticos influenciam essa construção linguística em uma comunidade de fronteira cultural e geográfica. O objetivo principal da pesquisa é descrever os contextos de uso da variante sem artigo, identificar os condicionamentos envolvidos em sua ocorrência e estabelecer relações com padrões já descritos em outras variedades do português brasileiro, com destaque para o contato com falantes do Maranhão. Apoiar-se teoricamente na Sociolinguística segundo autores como Tarallo (1997), Calvet (2002), Mollica (2013) e da área da Antroponímia conforme Amaral e Seide (2020) entre outros.

Adotou-se uma abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo em Fernandes Belo. Os resultados da pesquisa indicam que a variação tem forte relação com fatores históricos, culturais e, sobretudo, geográficos que possibilitam interação significativa com falantes de cidades maranhenses próximas, em que a variante estudada é a norma.

**Palavras-chave:** Artigo Definido; Antropônimo; Vila de Fernandes Belo; Sociolinguística.

**Abstract:** This study investigates the absence of the definite article before anthroponyms in the Portuguese spoken in the village of Fernandes Belo, located in Viseu, Pará. It seeks to understand how linguistic and extralinguistic factors influence this linguistic construction in a community situated at a cultural and geographical border. The main objective of the research is to describe the contexts in which the variant without the article occurs, identify the conditioning factors involved in its use, and establish connections with patterns already described in other varieties of Brazilian Portuguese, with special attention to contact with speakers from Maranhão. The theoretical framework is based on Sociolinguistics, drawing on authors such as Tarallo (1997), Calvet (2002), and Mollica (2013), as well as on Anthroponymy studies, following Amaral and Seide (2020), among others.

A qualitative approach was adopted, combining bibliographic research with fieldwork in Fernandes Belo. The findings indicate that this variation is strongly related to historical, cultural, and especially geographical factors, which enable significant interaction with speakers from nearby cities in Maranhão, where the studied variant is considered the norm.

**Key-words:** Definite Article; Anthroponym; Village of Fernandes Belo; Sociolinguistics.

### **Introdução**

A variação linguística constitui um fenômeno intrínseco às línguas naturais, refletindo a diversidade cultural e histórica das comunidades de fala. No âmbito do português brasileiro, a ausência ou presença do artigo definido diante de nomes próprios representa um dos aspectos intrigantes da variação linguística. Nesse sentido, este estudo tem como objetivo principal investigar a ausência do artigo definido antes de antropônimos na vila de Fernandes Belo, localizada no segundo distrito de Viseu, no estado do Pará, buscando compreender as razões sociolinguísticas que motivam tal fenômeno.

Logo, a escolha do município de Viseu como local de estudo justifica-se pela sua posição geográfica estratégica, na fronteira com o estado do Maranhão, e pela relativa escassez de pesquisas linguísticas nessa região. Sendo assim, a hipótese central deste trabalho é a de que a ausência do artigo definido no português falado em Fernandes Belo resulta de um processo de contato linguístico com variedades vizinhas, especialmente as do Maranhão, onde essa característica é mais comumente observada.

Assim, para validar essa hipótese foi realizada uma análise sociolinguística detalhada dos dados coletados em Fernandes Belo/Viseu e na cidade de Carutapera/MA com ênfase nas características sociodemográficas dos informantes e nas diferentes situações comunicativas. Adicionalmente, foram consultados estudos anteriores sobre a variação linguística no Pará e no Maranhão, a fim de contextualizar os resultados obtidos.

Dessa forma, espera-se que este trabalho contribua para o avanço dos estudos sobre a variação linguística no Brasil, oferecendo novas evidências sobre o papel do contato linguístico na moldagem das variedades locais. Ademais, os resultados desta pesquisa poderão ter implicações para o ensino de língua portuguesa e para a valorização da diversidade linguística brasileira, assim como contribuir para desmitificação do “falar errado”.

### **Desenvolvimento**

A língua é um sistema dinâmico e vivo, que se transforma conforme o contexto social. Nesse viés, este estudo surge das discussões sobre as variações linguísticas presentes no Brasil, um fenômeno natural que reflete as diferenças entre grupos sociais, regiões, situações de comunicação e até mesmo a identidade dos falantes.

Sendo assim, importa ressaltar que a sociolinguística é uma área interdisciplinar que estuda a relação entre a língua e a sociedade, investigando como fatores sociais influenciam a variação e a mudança linguística. Porém, somente na metade do século XX consolidou-se como campo científico, a partir dos trabalhos de William Labov, considerado “o pai da sociolinguística”. Nesse sentido, pode-se afirmar que a variação linguística é sistemática e não aleatória e apresenta variáveis como a classe social, idade, gênero, contexto situacional que afetam o uso linguístico. Segundo Labov (1972, p.184) “a variação é inerente à linguística, sendo não só natural, mas também necessária para o funcionamento da língua”. Além de que, a sociolinguística demonstra adaptações legítimas da língua a diferentes realidades socioculturais, reforçando o caráter heterogêneo da linguagem, e evidenciando a língua como um marcador social e um instrumento de construção de significado.

De acordo com Tarallo (1997, p. 08) “em toda comunidade de fala são freqüentes as formas lingüísticas em variação”, ou seja, essas variações são muito comuns, entretanto entre estas, certas formas de falar são estigmatizadas, principalmente quando associadas a grupos menos privilegiados. Contudo, segundo a sociolinguística, todas as variantes têm sua lógica e função dentro de suas comunidades. Consequentemente, a variação linguística é uma prova da vitalidade da língua, isto é, atesta que o português não é um sistema rígido, mas sim um elemento dinâmico, flexível, capaz de se moldar às diferentes realidades.

Diante disso, é importante destacar que as variedades linguísticas frequentemente convivem em um mesmo território devido ao compartilhamento desse espaço por seus falantes, fazendo com que o contato entre elas possibilite as trocas e resulte em fenômenos como empréstimos lexicais e mudanças fonéticas. Assim, no Brasil, o português convive com variedades regionais, como o sotaque gaúcho e o nordestino, além de línguas diversas com as indígenas e as de imigrantes que ainda preservam seus idiomas. Dessa forma, percebe-se que as fronteiras geográficas nem sempre determinam os limites da circulação linguística.

A partir dessa perspectiva, é necessário compreender o funcionamento das línguas em contatos, que é um campo da linguística que estuda as interações entre duas ou mais línguas ou variedades linguísticas que coexistem em uma mesma comunidade ou região. De acordo com Calvet (2002), o estudo das línguas em contato aborda dinâmicas sociopolíticas e linguísticas que surgem quando línguas diferentes interagem em um mesmo espaço geográfico ou social. Além disso, o autor enfatiza que o contato linguístico não é apenas um fenômeno estrutural, mas também um processo influenciado por relações de poder, colonialismo e políticas linguísticas. Louis-Jean Calvet assegura que:

O plurilingüismo faz com que as línguas estejam constantemente em contato. O lugar desses contatos pode ser o indivíduo (bilíngüe, ou em situação de aquisição) ou a comunidade. E o resultado dos contatos é um dos primeiros objetos de estudo da sociolinguística. (Calvet, 2002, p. 35)

Por esse viés, este estudo procura ressaltar o contato linguístico em região de fronteira, um fenômeno comum e complexo, resultante da interação entre falantes de línguas ou variedades linguísticas distintas. Por conseguinte, essas áreas são frequentemente marcadas por trocas culturais que podem resultar em variação e até em mudança linguística. Segundo Sturza e Tatsch (2016, p. 85) “sujeitos escolhem as línguas nas quais querem se significar, portanto significar o mundo, nesse sentido, significar-se como sujeitos fronteiriços”, ou seja, elas abordam as especificidades que formam a língua e o sujeito, visto que as línguas possuem uma natureza

dinâmica e mutável e que, frequentemente, transcendem as barreiras fronteiriças, sendo fatores de identidade. Os autores dão o exemplo do portunhol, dizendo que:

A língua de fronteira, sendo ela designada de Portunhol ou não, é antes de tudo considerá-la uma língua que tem sentido para os sujeitos inscritos numa comunidade na qual estar entre uma língua e outra é o constitutivo da sua relação identitária. (Sturza e Tatsch, 2016, p. 95)

Posto isso, percebe-se que a língua carrega identidade e que dentro de um mesmo país, fronteiras podem marcar diferenças em dialetos. No Brasil, por exemplo, o sotaque e o vocabulário variam significativamente entre o Nordeste e o Sul, refletindo histórias de ocupação e migração distintas. Então, por meio desses estudos surgem novas reflexões sobre o português brasileiro, a gramática tradicional, e suas relações com cada região do Brasil.

Em vista disso, a presente pesquisa visa explorar os estudos linguísticos relacionados ao uso do artigo definido antes de antropônimos, um fenômeno marcante em certos lugares do Brasil, variedades influenciadas pelo contato entre línguas, em certos casos. Desse modo, a investigação busca não apenas descrever as estruturas gramaticais envolvidas, mas também analisar os fatores sociolinguísticos que motivam sua variação, tais como idade e identidade cultural dos falantes.

#### VARIAÇÃO NO USO DO ARTIGO DEFINIDO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

O artigo definido, na língua portuguesa, é uma classe de palavra que acompanha o substantivo para especificá-lo, indicando que ele se refere a algo já conhecido ou determinado no contexto. No português brasileiro os artigos definidos “o”, “a”, “os”, “as” derivam do latim, mais especificamente dos pronomes demonstrativos latinos “ille” (aquele) que deu origem a “o” e “os” e “illa” (aquela) que deu origem a “a” e “as”. Com o tempo, esses pronomes demonstrativos perderam força e se tornaram artigos, perdendo o sentido de “aquele/aquela” e passando apenas a definir o substantivo. Assim, Braga afirma que:

A função do artigo definido é a de atribuir referência ao nome que já foi citado anteriormente, recuperando todas as informações semânticas que foram expressas por esse contexto de fala (referência dêitica), ou textualmente (referência anafórica). Desse modo, somente o exemplo “saiu para chamar o médico” pressupõe conhecimento compartilhado entre ouvinte e falante. (Braga, 2012, p. 37)

À vista disso, no português o uso do artigo definido antes de antropônimos, nomes próprios de pessoas, é um traço característico da língua. Braga (2012) fez um levantamento do funcionamento desse fenômeno em várias línguas e ressaltou que a presença dessa ocorrência vem aumentando cada vez mais no português brasileiro, seja na modalidade escrita ou falada. O emprego do artigo definido com antropônimos, no Brasil, é um traço variável, influenciado por

fatores gramaticais, dialetais e pragmáticos. Enquanto em algumas variedades linguísticas seu uso é marcadamente afetivo ou regional, em outras, é mais sistemático.

#### OS ANTROPÔNIMOS E O USO DO ARTIGO DEFINIDO

O termo antropônimo é usado na Antroponímia para referir-se ao nome próprio de pessoa, incluindo neste os nomes oficiais, não oficiais, apelidos, alcunhas etc. Essa área de estudo também dá atenção aos elementos que constituem o nome próprio como o nome, o sobrenome, sua estrutura morfológica, processo de formação e as motivações envolvidas em suas escolhas. Optamos pelo termo antropônimo em vez de nome próprio neste estudo para dar visibilidade à Antroponímia que se dedica ao estudo desses elementos. Sobre os antropônimos, ou nomes próprios de pessoa, Amaral e Seide apresentam uma classificação de nomes próprios de pessoa que o termo “antropônimo” abarca, sendo, qualquer um desses tipos, tratado como antropônimo neste estudo.

Considerando a divisão entre nomes do registro civil e nomes não pertencentes ao registro civil, é apresentada uma classificação de antropônimos que inclui, no primeiro caso, prenome, sobrenome e agnome e, no segundo caso, apelido, hipocorístico, pseudônimo, codinome, heterônimo, nome artístico, nome de guerra, nome religioso, nome social, nome de urna e nome parlamentar (Amaral e Seide, 2020, p.28/29).

Os antropônimos apresentam particularidades no que diz respeito ao uso do artigo definido, variando conforme a língua, o contexto sociocultural e fatores gramaticais. Dessa forma, em línguas como o português, o emprego do artigo definido antes de nomes próprios é um fenômeno marcado por regras gramaticais e tem como principal função determinar um referente específico no discurso, indicando que o interlocutor já tem conhecimento prévio daquele elemento referido. Braga comenta que:

Para a maioria das gramáticas, o artigo definido é classificado como um determinante, um individualizador do substantivo. Ocorre em uma função antecedente ao nome e sinaliza que as informações que ele carrega são conhecidas tanto do falante como do ouvinte; quando esse processo de definição ou determinação não ocorre, a gramática chama o artigo de indefinido. (Braga, 2012, p.38.)

No caso dos antropônimos, sua presença ou ausência pode alterar significados ou conotações. Além disso, a presença do artigo definido antes de antropônimos pode refletir nuances afetivas ou sociais, como intimidade, familiaridade ou mesmo distanciamento. No português brasileiro, por exemplo, é comum o uso do artigo antes de nomes próprios em contextos informais, como “o João chegou” ou “a Maria saiu” o que pode transmitir uma sensação de proximidade entre os interlocutores. Contudo, em situações mais formais, a omissão do artigo tende a

predominar, evidenciando uma relação mais impessoal ou respeitosa. Dessa maneira, nota-se que essa variação como o emprego do artigo com antropônimos não é apenas uma questão gramatical, mas também pragmática, influenciada pelo tipo de interação estabelecida.

Nesse sentido, outro aspecto relevante é a influência de fatores gramaticais e sintáticos na presença ou ausência do artigo com antropônimos. Em algumas construções, como em vocativos “João vem cá!”, o artigo tende a ser omitido, enquanto em outras, como na topicalização “o João, eu conheço bem”, seu uso se torna quase obrigatório. Outrossim, certos nomes próprios, especialmente os de figuras históricas ou celebridades, frequentemente aparecem sem artigo, como em “Shakespeare escreveu Hamlet”, enquanto nomes comuns antroponomizados, como “o Pelé” ou “a Madonna”, costumam levá-lo.

### **Metodologia**

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, cuja relevância está presente na capacidade de aprender e interpretar fenômenos sociais, culturais e linguísticos em sua complexidade, partindo da análise de significados, experiências e percepções dos sujeitos envolvidos. Dessa forma, no campo dos estudos linguísticos, essa perspectiva revelou-se apropriada para as investigações desta pesquisa, pois ela visa analisar o uso do artigo definido antes de antropônimos. Sendo assim, permite captar não apenas sua estrutura em sua forma plena, mas também os usos que emergem de seu cotidiano, suas funções sociais e as condições históricas e culturais. Dessa forma, Prodanov (2013) afirma que:

Na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. Nesse caso, as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador. (Prodanov, 2013, p.70)

Nesse sentido, essa abordagem se configura como uma estratégia metodológica capaz de compreender os contextos relacionados ao fenômeno estudado, ou seja, reconhece que o conhecimento científico não é produzido de forma neutra ou dissociada das circunstâncias, mas sim mediado pela relação entre pesquisador e objeto.

Este trabalho, utilizou a pesquisa bibliográfica, etapa essencial para fundamentar teoricamente a investigação e fornecer contribuições consistentes para a análise dos dados coletados. Dessa maneira, a pesquisa bibliográfica desempenha um papel fundamental para a construção do referencial teórico, permitindo o levantamento, a seleção e a análise crítica de obras relevantes para a temática estudada. Nesse contexto, Prodanov (2013) afirma que, “na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos,

observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar”. Portanto, essa observação destaca a necessidade de exame minucioso e criterioso das fontes consultadas, assegurando a autenticidade das informações e a consistência teórica que sustenta essa pesquisa.

Para assegurar a consistência das informações obtidas, este estudo incorporou a pesquisa de campo como etapa do processo investigativo. Esse procedimento metodológico mostrou-se fundamental para a observação direta e o registro sistemático de dados no contexto real em que o fenômeno ocorre, permitindo uma aproximação mais concreta e precisa da realidade pesquisada. Conforme conceitua Prodanov:

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta, ou de uma hipótese, que queiramos comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que presumimos relevantes, para analisá-los. (Prodanov, 2013, p.59)

Nessa perspectiva, a pesquisa de campo não se restringe à coleta mecânica de informações, mas implica um contato direto com o ambiente e os participantes, favorecendo a compreensão total dos dados e a identificação de fatores que poderiam permanecer invisíveis em abordagens teóricas ou documentais.

Outro instrumento utilizado no decorrer deste estudo foi o diário de campo, empregado em conjunto com entrevistas semiestruturadas, que se configurou como um recurso indispensável para o registro de observações, impressões e informações relevantes obtidas ao longo do trabalho de campo. Sendo assim, ele permitiu documentar não apenas dados objetivos, mas também percepções e reflexões do pesquisador, contribuindo para a compreensão mais ampla do fenômeno investigado. Nesse sentido, Teixeira, Pacífico e Barros (2023) destacam que:

A partir das reflexões realizadas sobre o diário de campo percebe-se que não há um modelo único nem uma única forma de construí-lo. Pelo contrário, ele pode ser produzido conforme o conhecimento do pesquisador e das mais diversas formas. Porém, o conteúdo do diário (sejam registros em um caderno ou outro suporte) é o que fará a diferença na descrição e análise da realidade em sua totalidade. (Teixeira; Pacífico; Barros; 2023, p.8)

Nesse viés, esse instrumento reforça sua flexibilidade metodológica e seu papel central na captação da complexidade do objeto de estudo. Dessa maneira, aliado às entrevistas semiestruturadas, o diário de campo assumiu papel relevante para construção do corpus desta pesquisa, assim, sua utilização conjunta favoreceu a triangulação das informações, aumentando a confiabilidade dos resultados.

Por conseguinte, de acordo com Prodanov (2013), a seleção criteriosa dos participantes é fundamental para garantir a validade e a representatividade dos dados em pesquisas sociolinguísticas. Este estudo contou com um total de 14 participantes, subdivididos em três grupos de quatro indivíduos (2 mulheres e 2 homens por grupo) paraenses e um grupo de 2 pessoas maranhenses, estratificados por faixa etária. Os critérios de seleção basearam-se na representatividade demográfica da população de Fernandes Belo, Viseu, visando abranger variações etárias e de gênero que permitissem uma análise dos padrões de uso do artigo definido antes de antropônimos. Portanto, essa distribuição buscou equilibrar fatores sociolinguísticos relevantes, como idade e sexo, a fim de identificar possíveis variações na produção linguística local e compará-las com a do estado vizinho.

### Resultados

A pesquisa de campo realizada na localidade de Fernandes Belo em Viseu-PA, e em Carutapera- MA, permitiu observar a ausência do artigo definido em contextos que envolvem referência a nomes próprios, objeto deste estudo. Assim, foi possível perceber que em vez de construções como “do papai” ou “da mamãe”, conforme prescrito pela norma-padrão da língua portuguesa, é amplamente utilizado na fala local o “de papai” ou “de mamãe”, uso que se estende aos antropônimos. Dessa forma, essa característica morfossintática, recorrente nas entrevistas, revela não apenas uma variação linguística legítima, mas também traços identitários profundamente enraizados na cultura da comunidade analisada.

Para a realização deste estudo, foram selecionados 14 participantes, organizados de acordo com critérios de faixa etária, gênero e local de origem. O quadro a seguir apresenta a distribuição detalhada dos participantes:

Quadro 1- participantes da pesquisa

Grupo	Faixa etária	Número de participantes	Distribuição por gênero	Origem
Grupo 1	18 a 29 anos	4	2 mulheres e 2 homens	Fernandes Belo/Viseu
Grupo 2	30 a 49 anos	4	2 mulheres e 2 homens	Fernandes Belo/Viseu
Grupo 3	50 a 65 anos	4	2 mulheres e 2 homens	Fernandes Belo/Viseu
Grupo 4	Não especificado	2	1 homem e 1 mulher	Carutapera/MA
<b>Total</b>	-	14	-	-

Deste modo, esta organização dos participantes garantiu uma representatividade mínima dos diferentes grupos sociais, o que permite observar possíveis variações ou padrões relacionados às variáveis analisadas no estudo. Ademais, a inclusão de participantes oriundos do estado do

Maranhão, embora em menor número, enriquece a pesquisa ao possibilitar uma comparação com falantes de outra região, contribuindo para uma análise mais ampla e contextualizada dos dados obtidos.

Nesse sentido, vale ressaltar que a comunidade de Fernandes Belo e Carutapera compartilham elementos socioculturais marcados por suas condições geográficas semelhantes, próximas ao litoral amazônico, além de laços históricos e familiares. Sendo assim, o trânsito entre essas localidades favorece trocas linguísticas constantes, criando uma zona de contato em que determinadas formas de fala circulam entre diferentes grupos, gerando influências mútuas. Dessa forma, foi possível observar que o uso isolado da preposição “de”, sem a fusão com o artigo definido, ocorre de forma natural e espontânea entre os falantes da região.

Assim, a análise da variação linguística envolvendo o uso do “de” em vez das formas contraídas “do” e “da” em Fernandes Belo (PA) e Carutapera (MA) não pode ser dissociada do contexto histórico de formação dessas localidades. Segundo narrativas orais e registros locais, a vila de Fernandes Belo teve como primeira moradora uma mulher vinda do Maranhão, fato que marca, desde sua origem, uma relação cultural e linguística direta com a cidade de Carutapera. Portanto, essa migração maranhense ajudou a estabelecer laços familiares, econômicos e linguísticos entre os dois espaços, criando uma zona de fronteira em que identidades e formas de expressão se mesclam e se retroalimentam. Conforme Santos e Lott:

Antes de se tornar vila, Fernandes Belo era um povoado denominado "Quitéria", em homenagem à fundadora da comunidade. O cuidador do cemitério da vila, Pedro Manoel da Silva, de 84 anos, descreve a trajetória da origem de Fernandes Belo com a chegada de Maria Quitéria no local, maranhense que subiu o rio Emburanunga com sua família procurando um lugar para morar. Chegando ao local que denominaram 'Porto Grande', Maria Quitéria desembarcou, desbravou um pedaço da mata e construiu o primeiro rancho para abrigar sua família. (Santos; Lott, 2020, p. 6)

Dessa forma, ao considerar que a primeira moradora da localidade era maranhense, e que esse vínculo histórico-cultural com Carutapera foi mantido por décadas, torna-se ainda mais significativa a análise do uso do “de” como uma herança linguística que atravessa fronteiras estaduais. Deste modo, esse fenômeno não deve ser lido apenas como uma peculiaridade regional, mas como um traço identitário que carrega em si marcas da história de ocupação, migração e construção de laços comunitários na região amazônica.

Além disso, observa-se ainda uma relação significativa entre as duas localidades por meio de manifestações culturais compartilhadas, como é o caso do *Carnalaurso*. De acordo com Santos e Lott:

Manuel, conhecido como Ferro Velho, tem 58 anos de idade, é pescador e há 46 anos faz parte da coordenação do Laurso. Segundo os relatos de seu já falecido padasto, o Laurso

surgiu em Fernandes Belo no ano de 1913, quando chegou à comunidade um nordestino vindo do Maranhão chamado Manoel Francisco Silva. (Santos; Lott, 2020, p.13)

Atualmente, esse evento constitui a principal forma de celebração do carnaval na vila de Fernandes Belo, sendo realizado há mais de cem anos e atraindo visitantes de regiões vizinhas. Trata-se, portanto, de uma tradição cultural herdada de outro estado, que foi incorporada, ressignificada e permanece vigorosa no contexto local nos dias de hoje.

Por conseguinte, a proximidade geográfica e os fluxos migratórios e familiares frequentes entre Carutapera e Fernandes Belo contribuíram para a formação de um provável contínuo dialetal na região. Com isso, torna-se difícil delimitar fronteiras linguísticas rígidas entre as duas comunidades. Assim, o que se observa é um sistema de fala compartilhado, no qual o uso do “de” aparece como uma marca comum e afetiva, ou seja, a convivência e o parentesco entre os moradores das duas localidades sustentam esse modo de falar e o fortalecem como elemento de coesão comunitária. Além disso, essa proximidade promove uma interação direta entre as duas comunidades, que vai além dos laços de parentesco, estendendo-se a aspectos turísticos, comerciais e outros tipos de intercâmbio.

Por meio da fala de uma colaboradora (PARTICIPANTE 1, 2025), pode-se observar o que foi afirmado acima: *“Eu fui no Maranhão, na verdade fui a trabalho de aula, como eu estudo em Viseu a gente foi lá fazer uma excursão, conhecer. A gente teve a oportunidade de conversar com uma família só lá. Inclusive a gente percebeu né, essa semelhança do sotaque do “de” que já vem de lá, eu percebi. (...) a gente gastou de 40 a 45 minutos de Viseu para Carutapera que a gente foi de voadeira né. (...) é rápido, a gente até falou assim “como é as coisas que a gente atravessou o rio e já está em outro estado, bem pertinho.”* Nesse sentido, entende-se que essa fala reforça a proximidade geográfica, social e linguística entre as cidades. Deste modo, essa relação é perceptível não apenas pela curta distância entre os municípios, aproximadamente 40 a 45 minutos de viagem por voadeira, mas também pelas semelhanças culturais e linguísticas, como o sotaque e o uso do “de” antes de nomes próprios, mencionados pela participante.

## **1 Análise e discussão dos resultados**

O fenômeno observado nesta análise refere-se à ausência do artigo definido antes do antropônimo em determinados contextos, o que se revela condicionado por fatores linguísticos e extralinguísticos. Nesse sentido, entre os fatores linguísticos, destacam-se: a) a função sintática e o tipo de referência; b) o tipo de substantivo que segue a preposição; c) a estrutura da oração. Assim como, os fatores extralinguísticos envolvem: a) a situação comunicativa; b) o grau de formalidade da interação; c) a identidade dos interlocutores. Dessa forma, a análise proposta neste

estudo pauta-se na observação integrada desses aspectos, a fim de compreender de maneira mais ampla as motivações que orientam o uso ou a omissão do artigo definido diante dos antropônimos.

É importante observar que essa variação não ocorre aleatoriamente, mas em contextos bem delimitados pela pragmática da fala e pelas relações sociais entre os interlocutores. Assim sendo, quando o falante se refere a alguém conhecido do grupo, com quem compartilha laços afetivos ou proximidade, a forma reduzida “de” tende a ser preferida, contudo, em contextos mais formais, de menor familiaridade, os falantes tentam, ainda que nem sempre com sucesso, adaptar-se ao uso da forma contraída “do/da”. Ou seja, a escolha pela ausência do artigo definido está condicionada tanto por fatores linguísticos como a função sintática e o tipo de referência, quanto por fatores extralinguísticos conforme a situação comunicativa, o grau de formalidade e a identidade dos interlocutores.

Posto isto, entre os fatores linguísticos que influenciam essa variação, destacam-se o tipo de substantivo que segue a preposição e a estrutura da oração, os antropônimos são o ambiente mais comum para a ausência do artigo definido ou para a não combinação deste com a preposição.

Exemplo 1: (PARTICIPANTE 2, 2025) “*o filho de Rosa chegar aqui, de Zé da Hora. Dai chega aqui eles pergunta quem é esse menino, tiver alguém comigo né, de quem esse menino é filho? Ah é filho de Zé da Hora e Rosa”.*

Exemplo 2: (PARTICIPANTE 3, 2025) “*Raul Gil é filho de Luciano”.*

No primeiro exemplo, a ausência da contração da preposição com o artigo definido (“de Zé da Hora”) antes do antropônimo evidencia uma construção marcada pela oralidade e pela presença de vínculos afetivos e identitários. Dessa forma, o falante situa o indivíduo por meio da filiação, destacando a relevância das relações familiares e comunitárias como forma de identificação social. Logo, esse tipo de estrutura, comum em contextos de fala espontânea, marca o pertencimento a uma rede cultural em que a individualidade é frequentemente associada ao núcleo familiar. Além disso, o uso da forma reduzida “de” em vez de “do” aproxima a enunciação da oralidade cotidiana, sinalizando não apenas a informalidade, mas também a naturalidade desse modo de se expressar.

No segundo exemplo, embora o enunciado seja mais direto, objetivo e informativo, sem a presença explícita de vínculos afetivos ou narrativos, ainda assim há a manutenção da mesma estrutura sem contração. Portanto, isso sugere que o fenômeno não se restringe a contextos de maior envolvimento emocional ou a práticas discursivas que enfatizam relações de proximidade, mas pode estar se estendendo para situações comunicativas mais neutras.

## **1.2 A ausência do artigo definido diante de antropônimos (os nomes próprios)**

Dessa forma, o fenômeno linguístico em foco refere-se à variação na realização do artigo definido anteposto a nomes próprios, com destaque para os antropônimos, isto é, nomes de pessoas, sejam oficiais, apelidos ou alcunhas. Tal variação configura-se como uma alternância entre três formas predominantes: o uso pleno do artigo definido (por exemplo, *o João, a Maria*); a omissão total do artigo (como em *João, Maria, de João, de Maria*); e a forma contraída com a preposição “de” (como em *do João, da Maria*). Sendo assim, essa alternância pode ocorrer em distintos contextos sintáticos conforme apresentado nas seções seguintes.

### **1.2.1 Ausência do artigo antes de antropônimo em posição inicial de sentença**

A primeira ocorrência será a de seu uso pleno. Chamamos de uso pleno a forma do artigo sem combinação ou contração com preposição. Nos dados analisados, constatou-se uma tendência recorrente à omissão do artigo definido em posição inicial de sentença, especialmente quando o nome próprio aparece isolado, como nos seguintes exemplos:

(PARTICIPANTE 1, 2025): “*Louro estava brincando em cima do muricizeiro*”

(PARTICIPANTE 5, 2025): “*Eric foi lá pra casa de mamãe*”

No primeiro enunciado, o antropônimo “Louro”, utilizado como alcunha, aparece desprovido de artigo definido, isto é, obedece ao padrão de uso consolidado na fala cotidiana da comunidade pesquisada. Este fenômeno pode ser compreendido como uma estratégia linguística de focalização, ou seja, um recurso que dá destaque ao referente logo no início da sentença, sem a mediação do artigo. Nota-se também que essa estrutura se alinha às características da oralidade, que, diferentemente da escrita formal, tende à fluidez na construção dos enunciados.

No segundo exemplo, observa-se igualmente a omissão do artigo definido antes do antropônimo “Eric”, reforçando o padrão de uso identificado nos dados da comunidade analisada. Ou seja, assim como no exemplo anterior, o nome próprio é introduzido de forma isolada e ocupa posição inicial na sentença, o que pode ser interpretado como uma estratégia de focalização do referente, conferindo-lhe proeminência informativa sem a presença do artigo. Essa escolha linguística, por sua vez, revela uma marca da oralidade, pois reflete a estrutura sintática fluida e direta típica da fala espontânea. Portanto, o segundo exemplo reforça a hipótese de que, na variedade linguística em questão, há uma tendência consolidada à omissão do artigo definido diante de antropônimos, porém, aqui ainda está sendo analisado o início da sentença, especialmente em contextos marcados pela informalidade e pela intimidade nas relações desses falantes.

### **1.2.2 Ausência/presença do artigo antes de antropônimo como complemento indireto não indicativo de posse**

Em continuidade à análise dessa omissão ou presença do artigo definido diante de antropônimos, observa-se que, em contextos de complemento indireto não indicativo de posse, há uma coexistência entre diferentes formas: o uso pleno do artigo definido e a forma contraída com a preposição “de”. Essa alternância pode ser observada, por exemplo, no enunciado (PARTICIPANTE 12, 2025): *“Eu fui com a Daiane para transladação”*.

No exemplo há o uso pleno do artigo definido (“a Daiane”), característico de construções que expressam companhia. Tal escolha pode estar relacionada à natureza semântica do verbo “ir com”, indicando ação acompanhada de outra pessoa, contexto que favorece a presença do artigo como forma de especificação e reconhecimento da referência pessoal.

Por outro lado, no trecho:

(PARTICIPANTE 5, 2025): *“Manu foi lá pra casa de Iza”*

Verifica-se o uso da preposição “de” desacompanhada do artigo definido, ou seja, a ausência da forma contraída (“da Iza”). Portanto, essa construção aponta para uma tendência de omissão do artigo em expressões do tipo “casa de maria”, comuns na oralidade e, possivelmente, em processo de gramaticalização. Nesse sentido, esses exemplos indicam que em contextos em que o verbo expressa deslocamento espacial para locais associados a pessoas (como “casa de alguém”), a forma simples com “de” passa a ser preferida. Logo, a seleção entre essas formas parece depender tanto da semântica do verbo quanto do grau de formalidade da situação enunciativa.

### **1.2.3 Ausência do artigo antes de antropônimo como complemento indireto indicativo de posse**

Outra ocorrência a ser observada é a dos casos em que o complemento indireto indica posse, nesse sentido observa-se um predomínio do uso da preposição “de” desacompanhada do artigo definido antes de nomes próprios, sendo notável por meio dos enunciados extraídos da variedade linguística analisada como o exemplo a seguir permite verificar.

(PARTICIPANTE 8, 2025): *“Raimundo é filho de Zé da Hora”*

Nesse enunciado, a expressão “filho de Zé da Hora” mostra um uso consolidado da estrutura “de + nome próprio” sem contração com o artigo (“do”). Embora, segundo a norma padrão, a forma esperada fosse “do Zé da Hora”, a ausência do artigo neste contexto não compromete a clareza do enunciado e reflete uma tendência presente na fala cotidiana, especialmente em contextos nos quais os laços de parentesco ou relações próximas já estão estabelecidos e são de conhecimento comum entre os interlocutores. Sendo assim, esse mesmo padrão pode ser observado nos enunciados:

(PARTICIPANTE 10, 2025) *“Zeca foi pescar e passou na casa de Mauricio, lá no Giz”*

(PARTICIPANTE 11, 2025) *“Eu fico na casa de David”*

Nesses casos, a construção locativa “casa de X” mantém o uso da preposição simples “de” antes do antropônimo, sem a presença do artigo definido. Dessa forma, estes exemplos reforçam a hipótese de que, em expressões com valor associativo, como *“casa de Mauricio”* ou *“casa de David”* o uso da forma plena com contração (“do Mauricio”, “d David”) não é produtivo ou naturalizado nessa variedade. Consequentemente, isso aponta para um uso estável da estrutura (de + nome próprio) como uma unidade linguística funcional e recorrente na fala dos participantes, em consonância com o padrão oral local.

Sendo assim, com base nas análises apresentadas, constata-se que a preferência do artigo definido anteposto a nomes próprios, na variedade linguística observada, evidencia padrões de variação que vão além da norma-padrão, refletindo escolhas marcadas por fatores sintáticos, semânticos e pragmáticos. Nesse sentido, a omissão do artigo em posição inicial de sentença, bem como em complementos indiretos com valor possessivo ou locativo, aponta para uma tendência recorrente à simplificação morfossintática, característica da oralidade.

Além disso, a escolha entre o uso pleno do artigo e sua omissão parece depender da natureza do verbo, da estrutura informacional do enunciado e do grau de formalidade da situação comunicativa. Em construções recorrentes na fala, como “casa de X” ou “filho de X”, observase, que passam a funcionar como unidades estáveis e amplamente aceitas na variedade local. Portanto, os dados analisados não apenas ilustram um fenômeno de variação linguística em curso, mas também reafirmam a legitimidade das práticas linguísticas dos falantes enquanto manifestações legítimas de identidade sociocultural e pertencimento comunitário.

Em outros municípios do estado do Pará parece ser mais comum o uso do artigo definido antes de antropônimos e de termos de valor afetivo indicadores de intimidade. Embora não disponhamos de uma pesquisa exaustiva a respeito, as observações informais de que dispomos trazem esse indicativo de uso conforme os dados a seguir revelam. Os dados a seguir são excertos de conversas informais entre falantes paraenses do município de Bragança-PA.

*“A Lara berrou a noite toda. Adivinha por quê...por causa daquele ursinho de peluca. Nem é dela, menina...(...) E num é da Fabiane..!! A Fabiane esqueceu esse ursinho aqui que ela já foi daqui dormindo... E aí que viero buscar. Deixa que a Lara inventou que é dela, é dela...Olha, isso deu trabalho...dormiu chorando, chega soluçava...(...)”* (CIMG2CI6PROL, 2023)

*“Ixe, a Lara nem isso...ela fez foi morder a mão do papai quando ele tentou tirar dela... Ele se acabou de rir...(...) falou que vai comprar um pra ela...risos.”* (CIMG2CI6PROL, 2023)

Nota-se, nos excertos acima, que o uso do artigo definido pleno ocorre quer em início de sentença acompanhado ou não de preposição, nas estruturas de completo indicativas de posse em contexto de oralidade e conversa informal afetiva. Os excertos acima são falas de mulheres paraenses que não experienciam o mesmo tipo de proximidade com o estado do Maranhão, por exemplo, como ocorre com os falantes de Fernandes Belo que vivem em região de fronteira com esse estado em uma proximidade considerável.

Além desses fatores linguísticos, observa-se que o fenômeno apresenta também uma dimensão histórica. Essa evidência sugere que o uso da forma não contraída pode ser oriundo da história sociolinguística da vila, funcionando como um traço identitário transmitido ao longo das gerações. A localização do município paraense, situado em uma região de fronteira com o estado do Maranhão conforme já mencionado, possibilita trocas culturais e linguísticas. No tocante ao fenômeno em estudo neste artigo, observamos que o emprego do artigo definido por falantes maranhenses em contexto similares, é similar ao que é usado em Fernandes Belo. Os exemplos a seguir são bem ilustrativos. São excertos de falantes maranhenses que residem no município de Carutapera-MA, contíguo ao município de Fernandes Belo.

Quadro 2: o artigo definido por falantes maranhenses

Tipo de ocorrência	Contexto sintático / funcional	Exemplos (variedade maranhense)	Comentário / Interpretação
Uso pleno do artigo definido	Nome próprio em complemento indireto com indicativo de posse.	<i>Nenhum exemplo fornecido nesta amostra com uso pleno</i>	Indica maior formalidade ou especificidade. Na variedade maranhense, pode ser que ocorra, mas nos exemplos coletados não foi registrado.
Omissão total do artigo definido	Nome próprio isolado em construções de referência familiar ou social. Verbos de convívio, deslocamento ou ações cotidianas.	- Larissa gosta muito da irmã dela. - Agora que Raylson casou, teve filho.	A ausência do artigo antes de "Larissa" e "Raylson" mantém a naturalidade e rapidez da fala cotidiana.
Preposição "de" sem contração com o artigo	Complementos indicativos de posse ou relação familiar, em que o possuidor é um nome próprio.	- Me juntei com pai de Larissa já tem um tempo. - Quando estou aqui, saio muito com Larissa.	O uso simples de "de + nome próprio" sem contração ("do/da") é típico da fala maranhense e de outras variedades nordestinas.

Os exemplos demonstram, que em Fernandes Belo o uso do artigo definido antes de antropônimo se afasta ao uso mais característico do estado do Pará e se aproxima do uso mais característico do estado do Maranhão. É provável que o fenômeno esteja enraizado em práticas linguísticas compartilhadas entre comunidades de fronteira, sendo a variação observada reflexo não apenas da interação contemporânea com outras variedades regionais, mas também de um legado linguístico construído historicamente e perpetuado socialmente.

### 1.3 Atitude linguística frente a variação em estudo

Sabe-se que, frente às manifestações linguísticas, os falantes desenvolvem atitudes diversas, ora de aceitação, de recusa, tomando posição, fazendo julgamento, prestigiando ou

desprestigiando um determinado uso linguístico. Foi o que notamos entre os participantes desta pesquisa cujas atitudes manifestaram a consciência da existência da norma, dos usos prestigiados, desprestigiados e a noção de que os usos linguísticos marcam identidade e pertencimento. Diante dessa perspectiva, a escolarização e a mobilidade geográfica dos falantes também desenvolve papel relevante para a ocorrência do fenômeno. Isto é, os indivíduos mais escolarizados ou que tiveram experiências fora da comunidade relatam maior consciência da norma-padrão e, por isso, tentam evitar o uso do “de” isolado que, segundo alguns, seria mesmo prestigiado. Segue o relato de uma colaboradora:

(PARTICIPANTE 4, 2025): *“querendo ou não, eu convivi aqui um bom tempo em Fernandes Belo antes de eu ir estudar pra lá (Bragança). Então eu falava parecido com as pessoas que moram aqui; quando eu cheguei lá eu tive que me adaptar e deixar de falar o “de” porque eles acabavam achando diferente, acabavam dizendo que tava errado. (...) eles corrigiam o “de”, conversando “de mamãe” eles diziam que era “da mamãe”.*

Nesse relato nota-se como a mobilidade geográfica e o contato com contextos de maior escolarização provocam autocorreção linguística por parte destes falantes. Diante disso, a colaboradora demonstra consciência da variação, reconhecendo a forma local como divergente da norma-padrão ensinada e reforçada em espaços escolares. No entanto, mesmo com esse esforço consciente para adequar sua fala, a forma tradicional (“de mamãe”, “de João”) persiste.

Essa oscilação entre a tentativa de aderência à norma-padrão e o retorno involuntário à forma local mostra que a variação não é apenas uma escolha estilística, mas um reflexo das identidades linguísticas múltiplas que os sujeitos carregam. Assim, observa-se que, apesar das pressões normativas externas, os traços característicos do falar de Fernandes Belo resistem, reafirmando sua legitimidade e funcionalidade no cotidiano comunicativo local. Sendo perceptível na fala de outro entrevistado (PARTICIPANTE 5, 2025): *“Já me chamaram a atenção uma vez pela forma do “de”. Tinha um primo meu, aí eu falei... era um celular que eu tinha, aí ele perguntou “de quem é esse celular?” aí eu falei assim mesmo “é de papai”. Ele falou “que de papai, é do papai”! Me corrigiu na hora. Aí, desde esse dia eu fui refletir.”*

Posto isto, percebe-se que tal padrão de uso linguístico, nem sempre é acolhido com naturalidade fora do contexto de origem. Logo, alguns colaboradores relataram experiências de correção linguística ou de estranhamento quando deixaram sua comunidade e passaram a conviver com falantes de outras regiões, em especial nas zonas urbanas. Assim, os depoimentos revelam o impacto subjetivo dessas correções, demonstrando que há, por parte dos falantes externos, uma

percepção negativa sobre a variação, o que pode causar constrangimentos e inibições nos falantes originários. Pode-se observar esse fator no relato a seguir.

(PARTICIPANTE 6, 2025): *2001 eu fui embora pra Belém. (pesquisador): passou quantos anos lá? (colaborador) eu passei, quer dizer eu passei uns 6 anos. Eu trabalhei 3 anos de carteira assinada nessa empresa. (...) aqui em Fernandes Belo eles falam muito no “de”, né? “bora na casa de Raquel” ai meu Deus, chega aquilo me ferve. “da Raquel”. Ai eles falam no “de”. E eu peguei o ritmo de lá “do” e “da”.*

Nessa perspectiva, percebe-se que essa dinâmica de correção e ajuste demonstra a existência de uma hierarquia de prestígio entre as diferentes variedades da língua. De acordo com Calvet (2002) “crer que há um modo prestigioso de falar a própria língua implica, quando alguém pensa não possuir esse modo de falar, tentar adquiri-lo”, ou seja, a forma contraída, prescrita pela gramática normativa, é frequentemente considerada como a correta ou culta, ao passo que as formas não contraídas, como o “de” isolado, são vistas como erradas e inferiores. Dessa forma, essa percepção imposta reforça um processo de marginalização das variedades linguísticas locais, sobretudo aquelas ligadas a comunidades periféricas ou rurais.

Também há registros em que os falantes de outras regiões passam a adotar o uso do “de”, como ocorre na fala dessa participante. Ela estuda em Viseu, pelo PARFOR (Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica) no período intervalar, nas férias, deslocando-se da vila de Fernandes Belo para a cidade de Viseu:

(PARTICIPANTE 7, 2025) *“Lá em Viseu, a gente percebe que as pessoas falam “olha, vocês falam “de” “de mamãe”, “de Andreia”. Eu moro com um grupo de pessoas lá, aí a gente percebe. Até por exemplo, lá a gente mora 3 daqui de Fernandes Belo e uma de Curupati, uma da Serra, então elas não têm esse “de”. Isso é aqui em Fernandes Belo mesmo. É incrível que tem uma colega nossa que é de Curupati, que a gente percebeu como é a convivência, que ela já tava falando no “de” aí teve um dia que ela falou assim “ah, é de Andreia.”*

Esse trecho demonstra que há casos de acomodação linguística, nos quais a norma local influencia o modo de falar de pessoas externas ao grupo. Assim, esse processo é particularmente significativo, pois demonstra que o uso da língua é também uma forma de mediação social, negociação de pertencimento e expressão identitária. A língua, assim, não é apenas um código gramatical, mas um sistema vivo, moldado pelas relações sociais, afetos e vínculos históricos que unem os falantes. O uso do “de” em vez de “do” ou “da”, em vez de um simples detalhe gramatical, torna-se marcador identitário poderoso. O exemplo a seguir ilustra esse uso.

(PARTICIPANTE 8, 2025) *“O “de” é característico de Fernandes Belo, pra ti ver, as pessoas já sabem, tu falou “de” tu é de Fernandes Belo.”*

Nota-se, portanto que esse fenômeno indica origem, pertencimento, cultura e trajetória de vida, quando um falante diz “de mamãe” ou “de Joãozinho”, ele está, consciente ou inconscientemente, reproduzindo uma herança cultural que conecta indivíduos e gerações, perpetuando um modo de ser e de falar que resiste à padronização imposta pelas normas urbanas e escolares e se consagra como fator identitário.

A semelhança entre essas variedades evidencia que a linguagem falada em regiões de fronteira ou afastadas dos centros urbanos tende a preservar traços linguísticos que divergem da norma culta, mas que são perfeitamente compreensíveis e sistemáticos dentro da própria comunidade. Assim, a ausência do artigo definido, nesse sentido, pode ser interpretada como uma estratégia de simplificação sintática, sem perda de sentido ou clareza.

#### **1.4 Mobilidade e migração no Pará e Maranhão: contato linguístico em região de fronteira**

Nesse contexto, nas localidades de Fernandes Belo (PA) e Carutapera (MA), a persistência da ausência do artigo definido antes de antropônimos evidencia a força de uma tradição linguística compartilhada, que está presente desde a trajetória histórica das comunidades e nos vínculos familiares que as conectam. Além disso, foi possível observar, também a influência de outras cidades do Maranhão, o que se relaciona com processos migratórios motivados, entre outros fatores, pela degradação das áreas litorâneas. Com isso, muitas famílias precisaram se deslocar para regiões nas quais já possuíam vínculos afetivos, familiares ou patrimoniais. Um exemplo dessa mobilidade pode ser observado na fala do (PARTICIPANTE 9,2025), que relata:

*“Eu cheguei aqui, eu tinha 12 anos né eu já vivi aqui mais de.. é 26 anos 27 anos por aí. A gente veio pra cá porque a minha mãe ela era daqui e o meu pai era maranhense. Então chegou uma certa parte porque a gente não morava em Godofredo mesmo a gente morava na praia, aí chegou um tempo que todo mundo tava saindo da praia migrando para outros lugares e a gente optou vim pra cá pra Fernandes Belo, que a gente já tinha casa aqui, buscando melhoria né.”*

O trecho apresentado, revela elementos fundamentais para a compreensão da relação entre mobilidade geográfica, identidade sociolinguística e variação linguística em contextos de fronteira. Dessa maneira, a fala do colaborador explicita um processo de deslocamento familiar motivado por condições ambientais e socioeconômicas especificamente a deterioração das praias, o que resultou em sua migração para Fernandes Belo.

Assim sendo, esse tipo de mobilidade, embora aparentemente espontâneo, está inserido em dinâmicas históricas de ocupação e circulação entre comunidades vizinhas, como Godofredo

Viana e Carutapera (no Maranhão) e Fernandes Belo (no Pará), e contribui diretamente para a formação de uma comunidade de fala marcada pela heterogeneidade. Dessa forma, a menção à origem parental *“minha mãe era daqui e o meu pai era maranhense”* evidencia essa mistura cultural e linguística que caracteriza a região.

Sob a ótica da Sociolinguística, esse tipo de deslocamento tende a favorecer a manutenção de traços linguísticos próprios da comunidade de origem como a ausência do artigo definido antes de antropônimos, sobretudo quando há continuidade de redes de contato interpessoal. Além disso, observa-se que o movimento migratório não dilui a identidade linguística local, ao contrário, a fortalece, pois contribui para a reconfiguração da comunidade de fala sem romper com os traços linguísticos que marcam sua história e sua cultura.

Conclui-se, portanto, que a variação morfossintática observada nas comunidades de Fernandes Belo e Carutapera configura-se como um fenômeno linguístico significativo, revelador das dinâmicas sociais, históricas e interacionais que permeiam o uso da língua. Longe de representar um desvio em relação à norma-padrão, o uso isolado da preposição “de” diante de antropônimos reflete a complexidade estrutural e a vitalidade do português falado em comunidades tradicionais de fronteira. Trata-se de uma prática enraizada tanto na história sociolinguística local quanto nas experiências contínuas de contato linguístico e intercâmbio cultural. Nesse sentido, a recorrência dessa forma nos discursos dos colaboradores evidencia a necessidade de compreender a linguagem não apenas sob uma perspectiva normativa, mas também enquanto expressão de pertencimento, identidade coletiva e resistência cultural.

### **Considerações Finais**

Este estudo, ao investigar as práticas linguísticas da comunidade de Fernandes Belo e sua relação com a cidade vizinha de Carutapera, evidencia como fenômenos sociolinguísticos estão entrelaçados às dinâmicas históricas, culturais e sociais locais. Portanto, a análise desses dados, especialmente no que se refere à ausência do artigo definido antes de antropônimos, demonstra que a linguagem, mais do que um simples meio de comunicação, atua como um marcador identitário, refletindo valores, pertencimentos e resistências das comunidades envolvidas.

Nesse sentido, essa pesquisa revela que, mesmo diante de pressões normativas e da crescente escolarização formal, a comunidade mantém traços linguísticos tradicionais que remontam a uma história comum, compartilhada entre localidades vizinhas, como Fernandes Belo (PA) e Carutapera (MA). Além disso, a análise das entrevistas demonstra que esses traços não apenas resistem à imposição da variedade padrão, mas são também reforçados como elementos identitários que marcam a diferença e reforçam os laços sociais locais.

Ademais, este trabalho reforça a importância de se adotar uma perspectiva crítica no estudo da linguagem, reconhecendo que não há uma única forma "correta" de falar, mas sim uma pluralidade de variantes legítimas, todas inseridas em contextos socioculturais específicos. Ou seja, ao se analisar a fala dos moradores de Fernandes Belo, observa-se uma competência comunicativa rica e adequada às exigências do meio social em que estão inseridos, ainda que, muitas vezes, marginalizada pelos discursos normativos escolares e midiáticos.

Portanto, este estudo contribui para os estudos sobre o português falado em regiões de fronteira e em contextos rurais da Amazônia, além de fomentar reflexões acerca do assunto. Assim, a escuta atenta às formas de falar locais, como demonstrado ao longo dessa pesquisa, é um passo fundamental para a construção de políticas linguísticas e educacionais mais democráticas, nas quais as múltiplas formas de expressão sejam compreendidas como potências e não como deficiências.

### **Referências**

- AMARAL, Eduardo Tadeu Roque; SEIDE, Márcia Sipavicius. **Nomes próprios de pessoa: introdução à antroponímia brasileira**. Editora Blucher, 2021.
- BRAGA, Luciene Maria et al. Ausência/presença de artigo definido diante de antropônimos na fala dos moradores de Mariana e Uberaba MG. 2012.
- CALVET, Louis-Jean. Sociolinguística: uma introdução crítica. trad. **Marcos Marcionilo**. São Paulo: **Parábola Editorial**, 2002.
- FONTELLES, Renata Garcia Simões. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista Paraense de Medicina**. Belém, v.23, n. 3, p. 1-8 set.2009.
- LABOV, William. **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo. Ed. Atlas, 2002.
- MOLLICA, Maria Luiza Braga. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.
- PRODANOV, C. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- SANTOS, Antonio Cleison Soares dos; LOTT, Wanessa Pires**. Carnaval na Amazônia: o bloco do Laurso. Ponto Urbe, São Paulo, n. 27, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.8888>. Acesso em: 25 jul. 2025.

STURZA, Eliana Rosa; TATSCH, Juliane. A fronteira e as línguas em contato: uma perspectiva de abordagem. **Cadernos de Letras da UFF Dossiê: Línguas e culturas em contato**, v. 26, n. 53, p. 83-98, 2016.

TARALLO, Fernando. A pesquisa sociolingüística. São Paulo. Ed. Ática, 1997.

TEIXEIRA, Érica Jaqueline Pizapio; PACÍFICO, Juracy Machado; BARROS, Josemir Almeida. O diário de campo como instrumento na pesquisa científica: contribuições e orientações. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 15, n. 2, p. 1678-1705, 2023.